

# Igualdade Sustentável

---



progressive  
society

Sumário do relatório da Comissão Independente  
para uma Igualdade Sustentável | 2019-2024



Grupo da Aliança Progressista dos  
**Socialistas & Democratas**  
no Parlamento Europeu

«Progressive Society» é uma iniciativa do grupo parlamentar  
da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas  
do Parlamento Europeu

[www.socialistsanddemocrats.eu](http://www.socialistsanddemocrats.eu)



**TheProgressives**



**socialistsanddemocrats**



**socsanddems**



**socsanddems**



**socsanddems**



**socialistsanddemocrats**

## O que é a «Progressive Society»?

A «Progressive Society» é uma iniciativa patrocinada pelo Grupo Parlamentar da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu (Grupo S&D).

Foi lançada em janeiro de 2018 graças à iniciativa conjunta de três, então, vice-presidentes do Grupo S&D, Udo Bullmann, Isabelle Thomas e Kathleen van Brempt, e teve como inspiração os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

A iniciativa foi criada com o objetivo de enriquecer o trabalho parlamentar do Grupo S&D em domínios de ação legislativos e não legislativos relacionados com muitas políticas europeias, desde política orçamental, agrícola, das pescas ou regional, passando por política ambiental, industrial e dos transportes, até políticas económicas, de emprego, sociais, de igualdade de género, educativas, culturais e do mercado interno. Através de todos estes domínios, o Grupo S&D já atua no sentido de promover uma transformação sustentável das nossas economias e sociedades.

O Grupo S&D é o primeiro grupo parlamentar do Parlamento Europeu a aplicar uma estratégia de desenvolvimento sustentável coerente para informar o seu trabalho sobre as políticas internas da UE. A fim de apoiar esta abordagem com uma visão e ideias, e de ligar melhor a sua ação política a outros intervenientes, nomeadamente nos sindicatos e nas organizações não governamentais, a iniciativa «Progressive Society» continuará a aprofundar e a alargar a nossa compreensão sobre os desafios em matéria de sustentabilidade e sobre como as políticas têm de mudar para impulsionar a transformação rumo ao nosso objetivo final: uma sociedade de bem-estar para todos.



**Eric Andrieu**  
Vice-Presidente  
Grupo S&D



**Mercedes Bresso**  
Vice-Presidente  
Grupo S&D



**Kathleen van Brempt**  
Vice-Presidente  
Grupo S&D

[www.progressivesociety.eu](http://www.progressivesociety.eu)

---

# Introdução

---



**Udo Bullmann**  
Presidente do Grupo da  
Aliança Progressista dos  
Socialistas e Democratas  
no Parlamento Europeu

Há algo profundamente errado nas nossas sociedades. Numa altura em que as desigualdades em termos de rendimentos e de riqueza são tão imorais quanto grotescas, muitos milhões de europeus estão a colocar perguntas legítimas e prementes sobre se a sua vida irá melhorar; se os seus filhos irão encontrar um emprego digno e ter uma vida boa; durante quanto tempo irão as mulheres usufruir de menos direitos e de menos oportunidades do que os homens; e quem na política ainda luta para melhorar as suas oportunidades e condições de vida.

As pessoas querem e merecem governos e deputados que os representem verdadeiramente a todos, e não apenas às elites, e que se interroguem constantemente sobre o que está errado. Querem forças progressistas que lutem sinceramente pelos seus direitos e pelo seu bem-estar. Querem ver mudanças positivas no seu quotidiano, bem como ter uma visão otimista do seu futuro e do futuro dos seus filhos. Como é que podemos afirmar que é isso que acontece quando tantos europeus vivem em situações de pobreza, quando o trabalho precário e os salários de miséria estão a aumentar ao mesmo tempo que um número crescente de milionários, quando os níveis de vida das nossas classes médias se encontram ameaçados e quando demasiados territórios dentro e em redor das nossas cidades e nas nossas zonas rurais se mantêm presos no subdesenvolvimento sem uma perspetiva tangível de um futuro melhor?

Durante as últimas décadas, o crescimento económico foi muitas vezes considerado uma panaceia para estes problemas, apesar de a prosperidade cada vez mais ser distribuída de uma forma injusta nas nossas sociedades e fracassar em trazer bem-estar para a vida de muitos. Para mais, quando as alterações climáticas desafiam a nossa própria existência, quando os alimentos, os solos, a água e o ar poluídos prejudicam a nossa saúde e a dos nossos filhos, já não podemos depender de respostas simples.

Hoje podemos ver que os problemas sociais geram danos ambientais, da mesma forma que os problemas ambientais provocam injustiças e afetam mais os mais vulneráveis. É urgentemente necessária a voz de forças progressistas nos debates políticos e públicos. As nossas sociedades encontram-se numa encruzilhada. Temos de escolher entre progresso para muitos, ou apenas para uns quantos e retrocesso para todos os outros. Os progressistas têm de lutar pelo próprio significado de «progresso». Temos de afirmar de forma muito clara que, enquanto progressistas, apoiamos a igualdade de direitos e defendemos os mais fracos e os membros das nossas sociedades que trabalham arduamente - apoiamos um progresso que não os deixa para trás. Quando a nossa voz não é ouvida, ou quando falha em convencer, muitos dos nossos concidadãos voltam-nos as costas e concedem apoio aos charlatões de partidos autoritários populistas e extremistas, como podemos já testemunhar em vários dos nossos Estados-Membros. Os progressistas precisam agora de propor soluções credíveis, viáveis e realistas para trazerem uma nova esperança às pessoas.

As soluções não podem ser simplesmente as mesmas do passado. As nossas sociedades exigem uma transformação radical, económica, social e ecológica, que já se encontra substancialmente integrada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para 2030. Os progressistas precisam de impulsionar esta agenda e de traduzi-la em políticas exequíveis em toda a Europa com um objetivo claro: trazer bem-estar sustentável a todas as pessoas nas nossas sociedades.

Com o seu primeiro relatório, a Comissão Independente para uma Igualdade Sustentável, copresidida por Poul Nyrup Rasmussen e Louka T. Katseli, fez isso mesmo. A Comissão Independente, além de apresentar soluções políticas extremamente pertinentes e urgentemente necessárias para a próxima legislatura europeia, também elabora uma nova visão a longo prazo para uma sociedade verdadeiramente justa e responsável para o século XXI, na qual todos tenham um futuro digno - uma sociedade assente no profundo respeito por todas as pessoas e pelo planeta que tão urgentemente temos de proteger.

---

## Síntese

---

Foi confiada à Comissão Independente para uma Igualdade Sustentável a missão de desenvolver uma nova visão progressista alicerçada no desenvolvimento sustentável. Esta missão, que visa combater as desigualdades crescentes na Europa, inspira-se nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, adotados por todos os Estados-Membros europeus e por outros países nas Nações Unidas em 2015. Esta agenda visionária ainda não foi clara e plenamente integrada na política europeia, nem traduzida em objetivos políticos europeus específicos.

Este trata-se do primeiro relatório de política da Comissão Independente. Faz um apelo à ação no sentido de uma Europa radicalmente diferente, através de mais de 100 propostas de políticas que podem ser prosseguidas por partidos progressistas e outros intervenientes durante a próxima legislatura, de 2019 a 2024, e que integra uma abordagem radicalmente diferente à governação europeia, assente num novo Pacto de Desenvolvimento Sustentável.

A Comissão Independente insiste na urgência desta ação política radical, face a várias crises que se reforçam mutuamente e de forma crescente e à necessidade de reavivar a democracia social numa conjuntura extremamente crítica da sua história política. Estas crises - económicas, sociais, ambientais e políticas - são consequência do sistema económico predominante. Na ausência de uma alteração profunda, estas crises conduzirão ao desmoronamento da democracia, quer devido ao facto de o populismo autoritário e forças extremistas conquistarem poder decisivo na Europa, quer pelo facto de estas crises económicas, sociais e ambientais atingirem uma fase desestabilizadora para a sociedade. Por exemplo, o novo relatório do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (PIAC) deixou bem claro o desafio ambiental. Uma nova crise financeira, que alguns especialistas estão já a prever, poderia ter efeitos devastadores nas nossas economias, tendo por base os efeitos negativos persistentes da crise de 2008. Foram realizados progressos

insuficientes para tornar a zona euro mais resistente aos choques. A continuação da deterioração das condições sociais, alimentada por desigualdades crescentes e por uma insegurança cada vez maior, sobretudo em regiões negligenciadas em toda a Europa, em zonas rurais, bem como dentro e em redor dos nossos centros urbanos, poderá apresentar graves riscos sistémicos, canalizando um maior apoio eleitoral para o populismo autoritário e para partidos extremistas.

Esta perspetiva sombria contrasta com o que poderia ser alcançado se fossem prosseguidas com êxito políticas radicalmente progressistas. Foi para isso que a Comissão Independente procurou contribuir ao apresentar uma estratégia política pormenorizada e concreta, bem como uma mensagem de esperança e de determinação de que é possível alcançar uma Europa diferente; uma mensagem também destinada aos partidos progressistas, de que têm de assumir a liderança política, unir forças com os sindicatos e com organizações progressistas da sociedade civil, a fim de mobilizarem da base para o topo e reivindicarem um rumo político diferente.

Existe uma verdade inconveniente sobre a Europa. Aproximadamente um terço das nossas crianças e dos nossos jovens encontram-se em risco de pobreza ou em situação de pobreza, milhões de jovens não conseguem encontrar um emprego para começarem a formar a sua vida adulta e mais de metade dos europeus adultos consideram que as gerações mais jovens terão uma vida pior do que a sua. Com as políticas apresentadas no presente relatório, podemos também envolver as gerações mais jovens e dizer-lhes que não existe um futuro sombrio predeterminado. Se agirmos no sentido de mudar o rumo da Europa, poderá emergir uma sociedade muito diferente - uma sociedade de igualdade sustentável, de bem-estar para todos, de equilíbrio económico, social e ecológico, e de paz, sem deixar ninguém nem nenhum lugar para trás.





A high-angle, top-down photograph of a dense crowd of people, likely at a public event or festival. The individuals are packed closely together, filling the entire frame. They are wearing various casual clothing, and the overall scene conveys a sense of a large gathering. The image is used as a background for the text on the page.

## Devolver o poder às pessoas

A Comissão Independente insiste primeiro na necessidade de **devolver o poder às pessoas**, na qualidade de cidadãos em democracia, não só como consumidores, ao nível local e europeu, mas também enquanto membros de sindicatos e de organizações da sociedade civil. O presente relatório demonstra que as democracias se tornaram frágeis ao longo do tempo, à medida que o poder económico e a riqueza foram ficando cada vez mais concentrados, e que a democracia económica, especialmente a representação dos sindicatos, foi enfraquecida. Esta situação tem de ser invertida. As pessoas têm de ter o poder de defender os seus direitos e de reivindicar uma sociedade justa, em especial no local de trabalho. As pessoas têm de poder responsabilizar devidamente os representantes eleitos, nomeadamente assegurando fortes níveis de transparência nos processos de tomada de decisão política. O relatório apresenta propostas para revigorar o papel dos parceiros sociais, e dos sindicatos em particular, mediante o reforço de diferentes formas de participação dos trabalhadores nas empresas através de novas disposições legais, o reforço da negociação coletiva, a concessão de uma voz mais forte aos parceiros sociais na política europeia e a garantia de que o falso trabalho por conta própria não esvaziará a representação sindical através da crescente economia das plataformas. Várias recomendações da Comissão incidem na criação de um espaço cívico vibrante e alargado, aprofundando o reforço da democracia. Uma das recomendações apela à criação de alianças nacionais fortes em toda a sociedade civil para o desenvolvimento sustentável, tal como a aliança italiana ASviS. A UE também precisa de criar instrumentos jurídicos para proteger e reforçar o espaço cívico de forma a permitir-lhe funcionar sem interferência governamental em qualquer um dos seus Estados-Membros.

## Reformulação do capitalismo

Devolver o poder às pessoas atribuir-lhes-á a capacidade de contribuir para a **reformulação do capitalismo**. O setor privado, e em particular as grandes empresas, também poderá desempenhar um papel importante ao colocar a sustentabilidade económica, social e ambiental no centro das suas estratégias empresariais. Atualmente, pelo contrário, continuamos a observar o oposto, pois a riqueza empresarial continua concentrada, o lucro a curto prazo ultrapassa qualquer outra análise e os custos sociais e ambientais ainda são demasiado fáceis de transferir como um encargo para a sociedade no seu conjunto.

A evasão e a elisão fiscais prosperam, permitindo que algumas das maiores empresas do mundo paguem uma quantidade de impostos insignificante, ao mesmo tempo que práticas incorretas e desestabilizadoras continuam a assolar o setor bancário e financeiro. As nossas economias também estão a enfrentar uma mudança revolucionária provocada por rápidas evoluções na digitalização, na inteligência artificial e na robótica, que precisam de ser canalizadas para o apoio ao bem-estar humano, em vez de as deixarmos potencialmente perturbar os nossos mercados de trabalho e reforçar a concentração de riqueza e de rendimentos.

A fim de assegurar que a atividade económica privada tenha em muito maior consideração aspetos sociais e ambientais para lá da obtenção de lucro, bem como que contribui para uma repartição justa da riqueza e dos rendimentos, devem ser promovidas formas empresariais alternativas, sempre que possível, tornando a economia mais diversa, mais colaborativa, menos concentrada em preocupações de curto prazo e na maximização dos lucros, e mais responsável perante os custos externos que a atividade de uma empresa cria para a sociedade no seu conjunto. Uma forma óbvia e crucial para o fazer é através da expansão da economia social e solidária, bem como da disponibilização de formas jurídicas que integrem preocupações sociais e ambientais, nomeadamente através de um estatuto europeu para entidades sem fins lucrativos. Contudo, todas as formas empresariais devem ser muito mais responsabilizadas pela sua responsabilidade social e ambiental. Devem ser consagradas na legislação europeia obrigações empresariais mínimas para com a sociedade no seu conjunto e os contratos públicos sustentáveis devem tornar-se a norma. A cobrança de impostos sobre as sociedades tem de ser muito mais eficaz e as iniciativas atuais a nível europeu têm de ser muito mais aprofundadas e completas. A Comissão Independente apela igualmente para a necessidade de um maior reforço da regulamentação e supervisão do setor financeiro, a fim de garantir que este desempenha plenamente a sua função de financiamento da transição para a sustentabilidade, que este conceda financiamento adequado a empresas de menor dimensão e aos consumidores, bem como reconheça e seja capaz de gerir novos riscos, incluindo o sistema bancário paralelo. As empresas de maior dimensão, que muitas vezes apresentam o pior registo em termo de responsabilidade abrangente, poderiam ser submetidas a regras mais rigorosas consubstanciadas num Passaporte de Responsabilidade Social das Empresas, necessário para operar no mercado único. A Comissão Independente irá aprofundar esta abordagem num segundo relatório que será publicado em abril de 2019.

## Obtenção de justiça social

As políticas e as ações destinadas a devolver o poder às pessoas e a reformular as nossas economias devem ser combinadas com um conjunto de políticas que visem especificamente a pobreza e desigualdades excessivas relacionadas com questões de género, rendimentos, riqueza, origem e local de residência - e pobreza. Por conseguinte, a Comissão Independente considera que a **obtenção de justiça social** é fundamental para as nossas sociedades, nas quais ninguém fica para trás e se compreende que ficamos todos em pior situação se nem todas as pessoas tiverem uma vida digna e usufruírem de um bem-estar sustentável. Devem ser tomadas medidas na luta contra a pobreza, bem como na garantia de um bom emprego e de uma boa remuneração para todos, da plena igualdade entre homens e mulheres, da verdadeira mobilidade social e de uma abordagem renovada e radicalmente ambiciosa às desigualdades territoriais. A primeira recomendação neste domínio é um plano novo e abrangente de combate à pobreza em toda a Europa, apoiado por medidas concretas, incluindo um Fundo Europeu para as Crianças, uma estratégia europeia de longo alcance para uma habitação acessível, social e pública para todos, a garantia de um rendimento digno para todos os que não disponham de meios suficientes de apoio financeiro, uma plataforma de proteção social segundo as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e uma estratégia de integração social para imigrantes. Ao agir de forma decisiva, a Europa poderá reduzir para mais de metade o número de pessoas que vivem em risco de pobreza ou em situação de pobreza ao longo das próximas três décadas e poderá acabar, de uma forma duradoura, com a pobreza no decorrer deste século. Sem uma ação firme, o risco será o oposto, à medida que as tecnologias revolucionárias, a concentração descontrolada de rendimentos e de riqueza e as desigualdades ambientais crescentes agravarem a pobreza e a exclusão social relativamente à atualidade.

Para além das pessoas expostas à pobreza, as políticas também precisam de assegurar que a crescente fragilidade social e precariedade de todos, incluindo de grandes partes das nossas classes médias, são anuladas. O Pilar Europeu dos Direitos Sociais, adotado em 2017, deve ser plenamente transposto para a legislação e os direitos laborais têm de ser respeitados nas novas formas de trabalho e em contratos de trabalho precários. Os desempregados de longa duração, muitos dos quais não encontraram emprego desde a crise financeira, têm de ser ajudados através de um Direito de Atividade Europeu, inspirado no Fundo Europeu para a Juventude, e os salários baixos têm de ser reavaliados

por forma a assegurar condições de vida dignas para as famílias de trabalhadores e uma distribuição justa da riqueza criada nas nossas economias. Para tal, a Comissão Independente propõe um plano europeu de remunerações justas e sistemas de tributação dos rendimentos novamente mais progressistas. A igualdade de género merece especial atenção, mediante a supressão da disparidade salarial entre homens e mulheres através de legislação específica e de medidas transparentes, o estabelecimento de um verdadeiro equilíbrio entre vida profissional e vida privada através de direitos suficientemente ambiciosos a licenças remuneradas de maternidade, paternidade, parentalidade e prestação de cuidados, bem como mediante a tomada de um conjunto de medidas que visem melhorar as condições das mulheres na sociedade no seu todo e promover a sua plena participação a todos os níveis. A mobilidade social tem de ser aumentada através de medidas, entre as quais se destacam serviços de qualidade de acolhimento de crianças e ensino de qualidade para todos.

A desigualdade encontra-se, em larga medida, enraizada em territórios, nos quais as pessoas vivem e trabalham. Por conseguinte, a fim de obter justiça social e bem-estar para todos, é essencial uma concentração em todos os locais e atender a territórios e regiões que estão a ser deixados estruturalmente para trás e cujo potencial não está a ser aproveitado. As políticas existentes têm de ser utilizadas de forma mais eficaz e coerente, garantido simultaneamente que o desenvolvimento económico regional se enquadra no âmbito da sustentabilidade. A política de coesão tem de procurar o desenvolvimento sustentável a níveis territoriais e, por conseguinte, têm de ser conferidos poderes a cada região para definir e desenvolver abordagens científicas ao seu desenvolvimento, incluindo através de iniciativas de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades, bem como de estratégias industriais, e mediante uma aplicação proativa do código de conduta europeu em relação a parcerias. Esta abordagem tem de ser apoiada pela utilização de programas europeus horizontais, tais como o Horizonte Europa ou o InvestEU, de uma forma que seja «atenta ao espaço», algo extremamente relevante para as estratégias de desenvolvimento local.

A Comissão Independente explorou ainda outras formas de integrar a justiça social nas nossas sociedades. Por conseguinte, adiantou como possível novo passo a ideia de uma Carta de Riqueza Comum, assegurando um acesso vasto, e maioritariamente gratuito, de todos a um conjunto de direitos de bem-estar sustentável. A Comissão Independente irá aprofundar esta abordagem no segundo relatório que será publicado em abril de 2019.



JUSTICE



## Realização de um progresso socio-ecológico

Os objetivos de devolver o poder às pessoas, reformular a economia e obter justiça social para as pessoas e em todos os territórios não podem ser concretizados se, ao mesmo tempo, se ignorar as ligações crescentes entre desafios sociais e ecológicos. Esta dimensão do desenvolvimento sustentável, em que as pessoas e o planeta interagem, tem sido negligenciada, comparativamente ao desenvolvimento inclusivo (em que as pessoas e a economia interagem) e à economia verde (em que o planeta interage com a economia). Por conseguinte, a **realização de um progresso socio-ecológico** é o quarto domínio em que a Comissão Independente recomenda uma ação política ambiciosa. Os desafios ambientais são, em parte, problemas sociais que decorrem de desigualdades em termos de rendimentos e de poder. Portanto, a desigualdade é também uma questão ambiental, tal como a degradação ambiental é também uma questão social. As políticas têm de dar resposta a estas questões em conjunto, através de princípios e de instituições assentes na justiça. O relatório recomenda duas vias políticas fundamentais para escapar à espiral descendente entre desigualdade social e danos ambientais, bem como para entrar num ciclo virtuoso de progresso social e ecológico. Apresenta várias recomendações concretas para realizar o conceito poderoso de «transição justa», que deve tornar-se mais central nas decisões políticas europeias e nacionais. Além disso, descreve a transição abrangente dos Estados-providência atuais - definidos na era pré-ecológica dos anos do pós-guerra - para os Estados socio-ecológicos do século XXI, criados para serem fortes motores públicos das sociedades sustentáveis de amanhã. A Comissão Independente também irá aprofundar esta abordagem no segundo relatório.

## Promoção da mudança

No entanto, fazer com que estas políticas individuais ocorram de forma eficaz exige mais mudanças fundamentais no funcionamento e na governação da UE. Por conseguinte, a Comissão Independente propõe que seja realizada uma reforma da estrutura de governação existente, integrada no processo do Semestre Europeu e na legislação em vigor relativa a políticas orçamentais para a **promoção da mudança**. Regras e processos radicalmente novos devem alicerçar as decisões políticas

europeias nos objetivos de desenvolvimento sustentável, o que também deve ser estritamente combinado com um reforço profundo e democrático da União Económica e Monetária e com uma estratégia financeira sólida, capaz de assegurar o devido financiamento da transição sustentável num novo quadro financeiro plurianual ambicioso, sistemas tributários sustentáveis e justos e investimentos públicos fortes a nível nacional e europeu. A Comissão Independente apresenta recomendações pormenorizadas para um novo quadro de governação de desenvolvimento sustentável, no âmbito do qual um Pacto de Desenvolvimento Sustentável definiria um conjunto de objetivos políticos vinculativos que ultrapassam os puros objetivos orçamentais. Esta nova abordagem forneceria o pilar para uma abordagem diferente ao atual quadro político orientado pelo PIB - em que o desempenho da economia seria medido em função de um conjunto muito mais alargado de metas e indicadores capazes de avaliar e de orientar amplamente as políticas rumo ao objetivo de bem-estar sustentável para todos.

## Um pequeno guia para as propostas políticas da Comissão Independente

Ao longo dos cinco capítulos de âmbito político (3 a 7), a Comissão independente apresenta um grande número de recomendações políticas, consistindo cada uma numa ou mais ações políticas concretas tendo em vista a próxima legislatura europeia de 2019-2024. Em cada um destes capítulos, a Comissão Independente aponta também para um conjunto de vias políticas adicionais que poderão ser tomadas no futuro e que o relatório designa por «próximos passos». As ações políticas apresentadas nas recomendações e as propostas adicionais incluídas nos «próximos passos» totalizam 110 ações políticas concretas, que são reunidas num anexo do relatório, por capítulo.

A Comissão Independente salienta, no final do capítulo 2, uma seleção de propostas que considera como tendo um potencial particularmente elevado de suscitar uma mudança abrangente. O relatório inclui igualmente várias infografias que permitem visualizar as suas recomendações e ações políticas concretas, bem como a forma como se inter-relacionam e combinam (incluindo uma infografia global do futuro e infografias específicas por capítulo, no início dos capítulos 3 a 7).

---

# BEM-ESTAR SUSTENTÁVEL PARA TODOS

---

## AS DEZ MUDANÇAS POLÍTICAS MAIS INCISIVAS

### 1. **Vamos reformular o capitalismo para benefício das pessoas e do planeta**

Uma diretiva europeia sobre a responsabilidade económica, social, ambiental e societal das empresas assegurará que o setor empresarial respeita responsabilidades mínimas legítimas relativamente à sociedade. Uma regulação e uma fiscalização mais rigorosas do setor financeiro, incluindo uma agência europeia de combate aos crimes financeiros e à fraude fiscal, a par de representantes públicos nos conselhos dos bancos, assegurarão que os mercados financeiros funcionam em benefício das pessoas, sendo que uma tributação eficaz dos lucros empresariais, incluindo um imposto da economia digital, irá repor a equidade e o devido financiamento de políticas públicas para o bem-estar coletivo

### 2. **Vamos resgatar a democracia em prol de todos**

A promoção da democracia através de um Contrato dos Cidadãos relativo a uma «Democracia Sustentável para Todos», para promover um plano em oito pontos, que inclui o reforço dos sindicatos, da sociedade civil, da democracia participativa e da transparência, a plena participação das mulheres na vida económica e política, políticas regionais da base para o topo, a independência dos meios de comunicação social e do poder judiciário e metas de política pública que vão além do PIB

### 3. **Precisamos de um plano europeu de combate à pobreza novo e eficaz**

Possibilitar o fim da pobreza na Europa durante deste século, através de um novo plano ambicioso que vise reduzir o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social em 25 milhões de pessoas até 2030, e mais 50 milhões de pessoas até 2050; erradicar as formas extremas de pobreza; aprofundar o Fundo Europeu para as Crianças; aprovar uma Diretiva-Quadro relativa a um salário mínimo adequado; instituir um Direito Europeu à Atividade para os desempregados de longa duração; e efetuar a transição de salários mínimos para salários de subsistência

### 4. **Uma nova Europa Social com direitos sólidos e com uma proteção para todos**

Fortalecer a dimensão social da Europa através de uma aplicação ambiciosa e abrangente de todos os princípios e direitos do Pilar Europeu dos Direitos sociais até 2024

- 5. Uma equidade renovada nos rendimentos e nos salários**

Lançar um vasto Plano de Ação Europeu relativo a Salários Justos que integre a meta do ODS n.º 10 da ONU de garantir que o grupo que representa os piores 40 % em termos de salários cresce a um ritmo superior à média nacional até 2030, a transparência de remunerações e uma estratégia de redução da desigualdade de rendimentos incorporada no Semestre Europeu e num futuro Ciclo de Desenvolvimento Sustentável, para trazer a desigualdade de rendimentos para níveis aceitáveis
- 6. Nenhum território europeu deve ser deixado para trás**

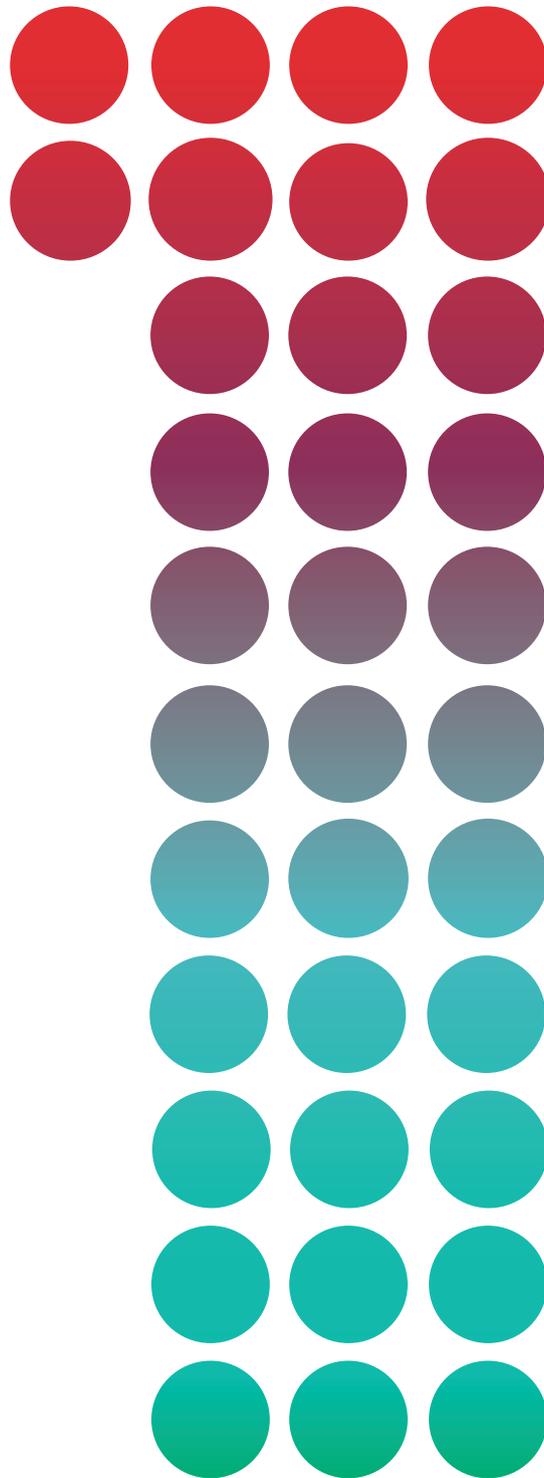
Em matéria de coesão territorial, são precisas novas abordagens «sensíveis ao espaço» e da «base para o topo», incluindo uma reforma abrangente da política de coesão europeia, e a interação estratégica com os programas financeiros europeus, enquadrada no Semestre Europeu e num futuro Ciclo de Desenvolvimento Sustentável, apoiados pelo plano de combate à pobreza e pelo Plano de Ação relativo a Salários Justos
- 7. As transições sustentáveis e tecnológicas devem incluir toda a gente**

A mudança ambiental e social deve produzir novos avanços comuns para todos, através de uma nova abordagem alargada orientada para uma transição justa, sistematicamente aplicada em todas as áreas de intervenção, em especial na política climática e energética europeia e nas suas políticas industriais sustentáveis e agricultura. As mudanças tecnológicas devem ser enquadradas, para evitar mais desigualdades e perturbações sociais ou territoriais. As transições dos velhos para os novos empregos serão promovidas mediante um forte investimento social e uma educação e formação de elevada qualidade, que sejam económicas e acessíveis para todos
- 8. Os nossos Estados devem proteger as pessoas de velhos e novos riscos**

A construção de Estados-providência socio-ecológicos e a atenuação da desigualdade ambiental são necessárias para garantir novas formas de proteção social em relação às crescentes consequências das alterações climáticas e aos danos para a saúde causados pela poluição
- 9. Uma nova solidariedade através de uma tributação justa**

A inversão da crescente desigualdade em termos de riqueza e o financiamento de iniciativas de política social orientadas para o fim da pobreza podem ser alcançados através de um Imposto Europeu sobre o Património Líquido e de um Imposto sobre as Transações Financeiras
- 10. Possibilitar a mudança através de uma nova governação para um desenvolvimento sustentável**

Para impulsionar a transformação no sentido do desenvolvimento sustentável é necessária uma nova abordagem de governação e novas regras e instrumentos. Precisamos de um Pacto de Desenvolvimento Sustentável inserido num novo Ciclo de Desenvolvimento Sustentável, e assente em indicadores e metas sociais e ambientais complementares — em vez do Semestre Europeu, que está desatualizado



---

# De um sistema fragmentado ao bem-estar para todos numa Europa sustentável

---

As nossas sociedades estão em crise. Uma crise que não é apenas social e ambiental, mas também económica e política. As quatro crises alimentam-se mutuamente. Nenhuma destas crises pode ser superada sem se anular as desigualdades crescentes e alterar a forma como o nosso sistema económico funciona. Esta é a nossa mensagem central.



**Louka T. Katseli**  
Copresidente



**Poul Nyrup Rasmussen**  
Copresidente

## O nosso planeta encontra-se imerso em crises políticas, económicas, sociais e ecológicas, que se alimentam mutuamente de forma contínua.

É agora cada vez mais aceite que as nossas economias - aquilo que produzimos e consumimos e como o fazemos (e a forma como eliminamos os resíduos) - colidem com os limites do planeta, conduzindo-nos a uma crise ecológica complexa e profunda. A humanidade não pode continuar assim - a esgotar os nossos recursos naturais; a depauperar os nossos recursos haliêuticos; a destruir incessantemente a nossa biodiversidade coletiva; a poluir indefinidamente os nossos solos, a água e o ar; a danificar a nossa saúde; e a expelir cada vez mais gases com efeito de estufa para a nossa atmosfera. Contudo, estes não são os únicos limites que as nossas economias têm de respeitar e proteger. Têm igualmente de respeitar e proteger os limites humanos e os limites sociais que nunca devemos ultrapassar. Não podem continuar a infligir a pobreza a milhões de pessoas, privando-as de emprego, de cobertura das necessidades básicas ou de acesso a uma educação digna e a serviços de saúde comportáveis. As nossas economias e sociedades democráticas não serão sustentáveis se os direitos sociais e humanos fundamentais não forem respeitados e as profundas desigualdades reduzidas. Conforme defende o nosso relatório, estamos cada vez mais a ultrapassar aqueles limites humanos e sociais, na medida

em que a maioria passa por dificuldades, enquanto uma ínfima fração da humanidade se apropria da maior parte da riqueza que todos contribuímos para criar. Ambas as transgressões têm a mesma origem - o domínio de um paradigma económico caracterizado por políticas neoliberais orientadas para o mercado e apoiado por poderosos interesses económicos e financeiros. Este paradigma neoliberal desprezou o bem-estar para todos, servindo uns poucos, da mesma forma que ignorou o nosso planeta.

Os governos e as instituições trabalharam, na melhor das hipóteses, para limitar os excessos desses interesses - quando não os toleraram ativamente ou até os apoiaram. A reconhecida falta de poder dos governos, ou a sua falta de vontade de enfrentar o crescente desequilíbrio de poder entre os interesses económicos organizados e as pessoas em geral, desacreditou a política estabelecida e abriu um espaço cada vez maior para a política nacionalista e fechada sobre si mesma, cujas únicas crenças são a xenofobia e uma hostilidade primária contra o projeto europeu. Os nossos Estados-providência foram, e continuam a ser forçados a adaptar-se a condições de mercado em mutação e a uma concorrência cada vez mais baseada nos custos.

## Desigualdades crescentes em toda a Europa alimentam todas as quatro crises

Em comparação com as outras economias mais avançadas, a Europa ainda é muitas vezes considerada um exemplo brilhante de relativa coesão e justiça social. Por conseguinte, pode ser de certa forma contraintuitivo olhar para a Europa como uma região na qual a pobreza e as desigualdades devem ser consideradas questões importantes que exigem resolução. Comparativamente ao seu vizinho transatlântico, a Europa apresenta resultados muito melhores em vários domínios. Nos EUA, há um acesso muito mais reduzido a cuidados de saúde comportáveis, os trabalhadores estão menos protegidos e a concentração de riqueza é claramente mais extrema. A maior parte dos países europeus ainda revela uma mobilidade de rendimentos intergeracional superior à dos EUA<sup>1</sup>. O mesmo se passa relativamente à mobilidade intergeracional na educação<sup>2</sup>. Contudo, políticas erradas nas últimas décadas têm tornado a Europa um local menos justo e socialmente progressista do que se poderia esperar.

Existe uma grande interligação - e idêntica necessidade de as combater - entre a crise climática e a crise social que as nossas sociedades enfrentam em simultâneo. Meritadamente, a crise climática beneficia de uma grande mobilização de intervenientes estatais e não estatais, bem como de uma rede mundial bem estruturada de cientistas no Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (PIAC), que publicou o seu mais recente, e profundamente inquietante, relatório em outubro. Além disso, são realizadas conferências das partes (COP) mundiais a intervalos regulares, assegurando que o ímpeto político não se perde. Apesar destes processos dinâmicos e estruturados, até a luta contra as alterações climáticas se mantém muito difícil, pois continua a chocar com múltiplos interesses especiais e com uma resistência à mudança. A este respeito, os próximos cinco a dez anos irão muito provavelmente decidir o nosso futuro climático durante muitas décadas e, mais do que nunca, é extremamente necessária uma ação política muito mais determinada. De qualquer modo, terá repercussões profundas e abrangentes em muitos outros aspetos da nossa vida futura.

A crise social que diariamente enfraquece as nossas sociedades recebe muito menos atenção por parte de peritos e de políticos, apesar de existirem cada vez mais evidências de que as sociedades desiguais são disfuncionais: as sociedades com maiores diferenças em termos de rendimentos apresentam, nomeadamente, pior saúde, relações sociais deterioradas e mais violência, menores índices de confiança, níveis inferiores de bem-estar infantil e de sucesso escolar, índices superiores de maternidade adolescente e menos mobilidade social. Portanto, combater a desigualdade é um benefício para todos e não apenas para os desfavorecidos. Ainda é concedida menor atenção às interligações entre a crise social e a crise climática, ela própria integrada no desafio ecológico alargado que enfrentamos. Tem igualmente sido prestada pouca atenção às causas subjacentes à crise política provocada pela ascensão de nacionalistas e autocratas num número crescente dos nossos Estados-Membros, com a crise social a desempenhar um papel central, mas não exclusivo, no seu surgimento.

<sup>1</sup> equalchance.org, dados de 2010

<sup>2</sup> Banco Mundial, dados de 2018

## O estado da desigualdade na Europa em dez pontos

- **As desigualdades em termos de rendimentos** são superiores na UE do que nos EUA. Se considerássemos a UE como um país, em oposição às medidas tradicionais que utilizam uma média simples da UE, então as desigualdades em termos de rendimentos são superiores na Europa. O coeficiente de GINI é de 0,41 para a UE, contra 0,39 para os EUA (IAGS 2018, dados de 2015). Além disso, nos EUA existe uma **desigualdade de oportunidades** menor do que em muitos países da UE, incluindo Itália, Espanha, Portugal e Bélgica (equalchances.org, dados de 2010 e 2012).
- Os 5 % de europeus mais ricos detêm quase 40 % do total da **riqueza privada**. A riqueza está distribuída de uma forma ainda mais desigual do que os rendimentos. O coeficiente de GINI para a distribuição da riqueza atingiu 0,8, o dobro do coeficiente de GINI para a desigualdade de rendimentos. A Letónia apresenta a maior concentração de riqueza no topo, seguida da Alemanha, de Chipre e da Áustria (IAGS 2018, dados de 2014).
- A **disparidade salarial entre géneros** é ligeiramente superior na UE em relação aos EUA. Em 2015, na Europa, as mulheres com empregos a tempo integral recebiam, em média, cerca de 20 % menos do que os homens. Além disso, não se verificou qualquer melhoria durante os últimos anos. Em alguns Estados-Membros, a situação é ainda mais alarmante, como na Letónia e na Estónia, muito acima da média da UE, onde a disparidade chegou mesmo a aumentar (OCDE, dados de 2015).
- A **mobilidade de classe social** ascendente intergeracional é mais elevada nos EUA do que na maioria dos países da UE. Nos EUA, quase 50 % dos filhos atingem uma classe social superior à dos pais - uma taxa muito mais elevada do que a de muitos países da UE, tais como a Alemanha ou a França (40 %), a Suécia e a Dinamarca (35 %) e a Itália (cerca de 30 %). Ao observarmos dados do passado, verificamos que a tendência é bastante preocupante. De acordo com dados da OCDE, a mobilidade descendente aumentou (OCDE, dados de 2002-2014).
- O número de **trabalhadores pobres** corresponde a cerca de 10 % dos trabalhadores europeus. Embora a taxa de desemprego tenha diminuído recentemente, a pobreza no trabalho registou um aumento de 15 % desde 2010. Esta situação afeta sobretudo as pessoas com baixos níveis de escolaridade (até ao ensino básico), os trabalhadores com contratos temporários e os trabalhadores a tempo parcial (OCDE, dados de 2016).
- O número de **jovens** que não trabalham, não estudam e não seguem uma formação ainda é superior ao registado em 2008. Em 2016, inseriam-se neste grupo 11,6 % dos jovens com idades entre 15 e 24 anos e 18,8 % dos jovens com idades entre 25 e 29 anos. A situação mais grave diz respeito à Grécia, onde um terço dos jovens adultos não trabalha, não estuda e não segue uma formação, seguida da Itália e da Bulgária. As taxas mais baixas registam-se nos Países Baixos (4,6 %), no Luxemburgo (5,4 %) e na Dinamarca (5,8 %), (ETUI, dados de 2016).
- Mais de um terço dos europeus vive em situação de **insegurança financeira** - 39,4 % dos europeus são incapazes de fazer face a despesas inesperadas, ou seja, quase uma pessoa em cada duas está financeiramente exposta. Além disso, os anos de crise pioraram a situação em 5 % (Eurostat, dados de 2008 e 2013).
- Quase 10 % dos europeus são incapazes de manter a sua casa devidamente aquecida. Cerca de 50 milhões de pessoas na Europa sofrem de **pobreza energética** (ETUI, dados de 2016). Além disso, cerca de 10 % da população europeia é afetada por **insegurança alimentar** (Eurostat, dados de 2015).
- Quase dois em cada dez europeus não têm **espaço suficiente para viver**. Na Europa, a taxa de sobrepopulação atingiu 17 % em 2016, afetando 87 milhões de pessoas. As disparidades entre Estados-Membros são muito elevadas. Variam entre menos de 5 % em Chipre, em Malta e na Irlanda, mais de 40 % na Hungria, na Polónia, na Eslováquia e na Croácia e quase 50 % na Roménia e na Bulgária (Eurostat, dados de 2016).
- Cerca de 19 % dos europeus estão expostos a partículas perigosas no ar que respiram (designadas por PM10) acima do limite diário da UE, e cerca de 30 % dos europeus estão expostos a ozono nocivo (O3). Além disso, cerca de 9 % estão expostos a concentrações de dióxido de azoto (NO2) acima do limiar anual. A **poluição atmosférica** constitui o maior risco ambiental individual para a saúde na Europa. Cerca de 80 % das doenças cardiovasculares e dos AVC, bem como uma percentagem similar de cancro do pulmão, estão relacionadas com a poluição atmosférica, à qual estão também associados impactos em termos de saúde relacionados com a fertilidade, a gravidez, os recém-nascidos e as crianças (Eurostat, dados de 2017).

## Os desafios sociais e ecológicos fazem parte da mesma luta pela justiça

Os limites do planeta e os limites humanos estão interligados. Ambos fazem a distinção entre o velho mundo de ganância e capitalismo descontrolado e dominador e o novo mundo de bem-estar justamente partilhado por todos, de empoderamento do cidadão comum e de uma humanidade que vive em harmonia com o nosso planeta. Fazem parte da mesma história - a medida em que deterioramos o nosso ambiente natural e o nosso clima será um importante elemento determinante do quanto as nossas sociedades serão desiguais, e o nível das nossas desigualdades serão um fator determinante da extensão da degradação ambiental. Lutar para salvar o nosso planeta ou combater a injustiça são aspetos da mesma guerra.

A desigualdade tem múltiplos efeitos sobre o nosso ambiente. As sociedades mais igualitárias têm um melhor registo ambiental e uma maior capacidade para se tornarem cada vez mais sustentáveis. Nós não somos iguais perante a crise ecológica. Quer sejamos ricos ou pobres, velhos ou novos e dependendo do local onde moramos, não seremos afetados da mesma forma. Aqueles que mais contribuíram para esta crise, ou que agora tentam impedir que seja resolvida, não serão provavelmente os mais expostos. Portanto, a crise ecológica arrisca-se a desencadear uma nova fonte de injustiça - e já está a ocorrer. Se esta injustiça não for retificada, surgirão mais desigualdades, que irão aprofundar a crise social, num círculo vicioso interminável.

Temos de compreender como é que o progresso social e o progresso ecológico têm de caminhar a par e impulsionar ambos. Não podemos acabar com a pobreza e construir uma sociedade muito mais justa e, ao mesmo tempo, deixar o planeta à mercê da exploração. Simultaneamente, seria impossível acabar com a crise ecológica enquanto persistirem níveis elevados de pobreza e de desigualdade. Este é um argumento fundamental não apreciado por aqueles que apenas acreditam na «ecologização» das nossas economias sem se resolver a crise social. As dimensões social e ecológica do desenvolvimento sustentável são ambas cruciais para o surgimento de uma sociedade verdadeiramente sustentável no futuro. Isto significa que temos de identificar como alterar os nossos sistemas sociais (incluindo os sistemas tributários) a fim de preservar o sistema de apoio à nossa vida natural (clima, ecossistemas, biodiversidade), bem como que temos de saber como construir uma governação socioecológica do nível local ao nível europeu.

## Nem a crise social nem a crise ecológica podem ser superadas sem uma alteração da forma como o nosso sistema económico funciona e como a transformação económica ocorre

A resolução destas crises exige uma abordagem nova e vigorosa para subjugar as forças do mercado que basicamente servem os poderosos interesses económicos e financeiros, o que só pode ser alcançado mediante políticas adequadas que regulem eficazmente os mercados e ajudem a corrigir o desequilíbrio de poderes existente nos nossos mercados de produtos, de capitais e de trabalho, bem como nas nossas sociedades em geral. Os nossos Estados-providência não devem ceder ou quebrar sob a pressão dos mercados; em vez disso, são os mercados que devem ser moldados de forma a apoiarem o bem-estar social para todos. Para tal, é também necessário reforçar a responsabilidade social do setor empresarial e expandir de forma determinada a economia social e solidária. A própria política precisa de ser regenerada - atualmente um importante dever das forças progressistas e dos res-

petivos partidos. No entanto, seria ingénuo pensar que a política pode mudar sem compreender as pessoas, enquanto parte cada vez mais essencial da política. Esta mudança é tão gigantesca, e os interesses económicos são tão poderosos, que um passo urgente tem de ser devolver o poder às pessoas de múltiplas formas, apoiado pelos devidos direitos e oportunidades para todos e por uma ação coletiva. A devolução do poder também exige uma alteração fundamental na forma como todos pensamos a atividade económica, e o crescimento em particular, em oposição ao bem-estar. Uma sociedade sustentável precisa de cidadãos ativos, não de consumidores passivos, e orientar e avaliar os resultados das políticas de acordo com objetivos de bem-estar explícitos, em vez de conceitos abstratos como o PIB, permitirá às pessoas participar mais facilmente nos debates públicos.

## A promoção da sustentabilidade e a redução das desigualdades estão nas nossas mãos

Hoje em dia, as desigualdades têm múltiplas fontes, muitas das quais se encontram interligadas. Não são fenómenos inevitáveis, mas sim o resultado de um sistema de mercado predominante que surgiu para criar mais, e não menos, desigualdades e no qual a dimensão ecológica desempenha um papel cada vez maior. Abordar esta complexidade sistémica exige uma estratégia política arrojada e coerente, que tem obrigatória e igualmente de abordar os impulsionadores da desigualdade mais tradicionais e os mais recentes. Uma tal estratégia política conduzirá necessariamente a uma mudança na forma como os nossos sistemas económicos funcionam - uma sociedade verdadeiramente dinâmica e justa tem de ser inclusiva em termos de poder, representação e participação; uma sociedade ecologicamente sustentável tem de ser uma sociedade de paz social.

Portanto, as recomendações políticas que a Comissão Independente faz no presente relatório visam uma transformação radical das nossas sociedades. Uma transformação que questione verdadeiramente décadas de dependência do crescimento económico como um fim em si mesmo, que dissocie a riqueza do bem-estar, que desafie de forma determinada a distribuição predominante de rendimentos, de riqueza e de poder económico, bem como que apele a uma transformação sustentável enquanto motor poderoso e inovador do progresso social.

## Dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para 2030 a um novo projeto europeu para uma sociedade sustentável

Muitas das questões políticas que identificámos inspiraram os Objetivos das Nações Unidas acordados em 2015, embora em níveis variáveis. O acordo sobre estes objetivos ao nível político mais elevado foi, só por si, uma enorme conquista. Apesar da oportunidade política que proporcionam para se formular uma estratégia europeia para o desenvolvimento sustentável, e apesar de claros apelos por parte do Parlamento Europeu, a Comissão Europeia falhou de forma evidente. Mais de três anos após terem sido assinados por todos os Estados-Membros da UE em Nova Iorque, ainda não existe uma estratégia ou plano coletivo para a sua execução - não obstante o facto de, em todos os domínios de ação em causa, a dimensão europeia ser real e, por vezes, até crucial. Esta situação cria um enorme vazio político no domínio social e em todas as áreas em causa com ligações económicas, sociais e ecológicas, conforme discutido anteriormente. Ao concentrar-se essencialmente numa dimensão da agenda para a sustentabilidade, com políticas no domínio ambiental como a gestão de resíduos ou a redução das emissões de gases com efeito de estufa, a UE ignora a sua crise social (e importantes causadores dos problemas ecológicos) e

não questiona o paradigma económico predominante e as políticas económicas inadequadas a ele associadas.

Lamentavelmente, constitui uma oportunidade perdida para reavivar todo o projeto europeu mediante a injeção de um novo propósito que fosse pertinente para tantos aspetos do quotidiano das pessoas e que demonstraria que a União Europeia tem de facto um plano geral para melhorar a sua vida hoje e amanhã. Teria sido um passo político natural e lógico após 2015 transpor os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS) para o enquadramento político europeu, especificando todos os objetivos e metas em termos do seu significado no contexto da UE e assegurando que todas as ligações políticas entre estes objetivos e metas são feitas e abordadas de forma clara. O documento de reflexão sobre a aplicação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável no âmbito dos ODS, que está previsto que a Comissão Europeia apresente até final de 2018, deve finalmente preencher este vazio mediante a definição de uma visão clara e exhaustiva e de um roteiro político, embora numa fase muito tardia do seu mandato.

## A confiança numa forte ação pública e a reforma do processo de governação europeu irão desempenhar um papel fundamental

Desde o início do nosso trabalho comum, ficou evidente que os nossos objetivos ficariam por atingir se não houvesse mudanças políticas radicais em vários domínios. Os membros da nossa Comissão Independente não estavam preocupados com o que seria politicamente correto fazer, mas sim com o que faria de facto a diferença. Constatámos que será necessária uma ação política ao longo de todo o espectro temporal, desde medidas urgentes e fáceis que podem ser tomadas de imediato, e com um impacto rápido, até à realização de alterações a longo prazo e mais difíceis nas nossas políticas. Tendo em conta o complexo sistema de governação da União Europeia, constituído por muitas camadas e diferentes níveis de competência consoante o domínio político, concordámos que uma grande reforma do processo de governação europeu - o Semestre Europeu - teria de desempenhar um papel essencial na transformação rumo a uma sociedade

sustentável, bem como incluir uma reforma ambiciosa, e há muito necessária, da União Económica e Monetária.

Não limitámos as nossas recomendações ao nível europeu, pois alguns dos domínios de ação fundamentais para a sustentabilidade são nacionais. Os governos nacionais, regionais e locais terão igualmente um papel essencial a desempenhar na prossecução da sustentabilidade nas esferas económicas, sociais e ambientais de uma forma coerente. A ação pública, do nível local ao europeu, não pode estar limitada à retificação ou compensação por falhas do mercado, por aquilo que a própria economia não corrige. A prossecução do desenvolvimento sustentável exige que governos e administrações ativos concebam, orientem e apoiem a transição rumo à sustentabilidade através de regulamentação adequada, apoio financeiro para assegurar investimentos públicos

e privados essenciais em domínios sociais, de investigação ou de infraestruturas, obtendo uma distribuição prévia e uma redistribuição equilibradas da riqueza e dos rendimentos ou criando os Estados-providência socio-ecológicos do futuro<sup>3</sup>. Isto, por sua vez, requer que as instituições europeias e os governos nacionais, regionais e locais assegurem que as administrações públicas

estão devidamente organizadas e dispõem do pessoal, da formação e dos recursos adequados para executar uma multiplicidade de ações públicas, bem como que compreendem e dominam os desafios e as complexidades que a transição para a sustentabilidade implica.

## **A ação política deve ser mantida durante, pelo menos, uma década para se alcançar uma verdadeira mudança**

As recomendações da Comissão Independente para uma Igualdade Sustentável estão divididas em duas partes. Esta primeira parte incide sobre as recomendações políticas a serem aplicadas com celeridade e o mais rapidamente possível durante a próxima legislatura europeia de 2019-2024. A Comissão Independente publicará a segunda parte do presente relatório em abril de 2019, fornecendo recomendações políticas adicionais e pormenorizadas destinadas a aprofundar a transformação necessária rumo ao bem-estar sustentável para todos. Tratar-se-á de um conjunto mais

abrangente de políticas para além de 2024 - que no presente relatório apenas são referidas. Ambas correspondem e também ultrapassam o horizonte temporal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para 2030.

Concretizar a mudança exigirá visão, persistência e coerência da ação política durante um período de tempo suficientemente longo, o que constitui, por si só, um desafio.

---

<sup>3</sup> No entanto, a nossa missão não era definir políticas a nível mundial. É por esse motivo que o presente relatório não faz recomendações pormenorizadas em domínios de ação mundiais, tais como comércio ou regulamentação financeira internacional, concentrando-se naquilo que a UE pode fazer «sozinha». Estamos plenamente cientes, porém, da importância crítica da ação mundial para complementar e permitir a ação europeia.

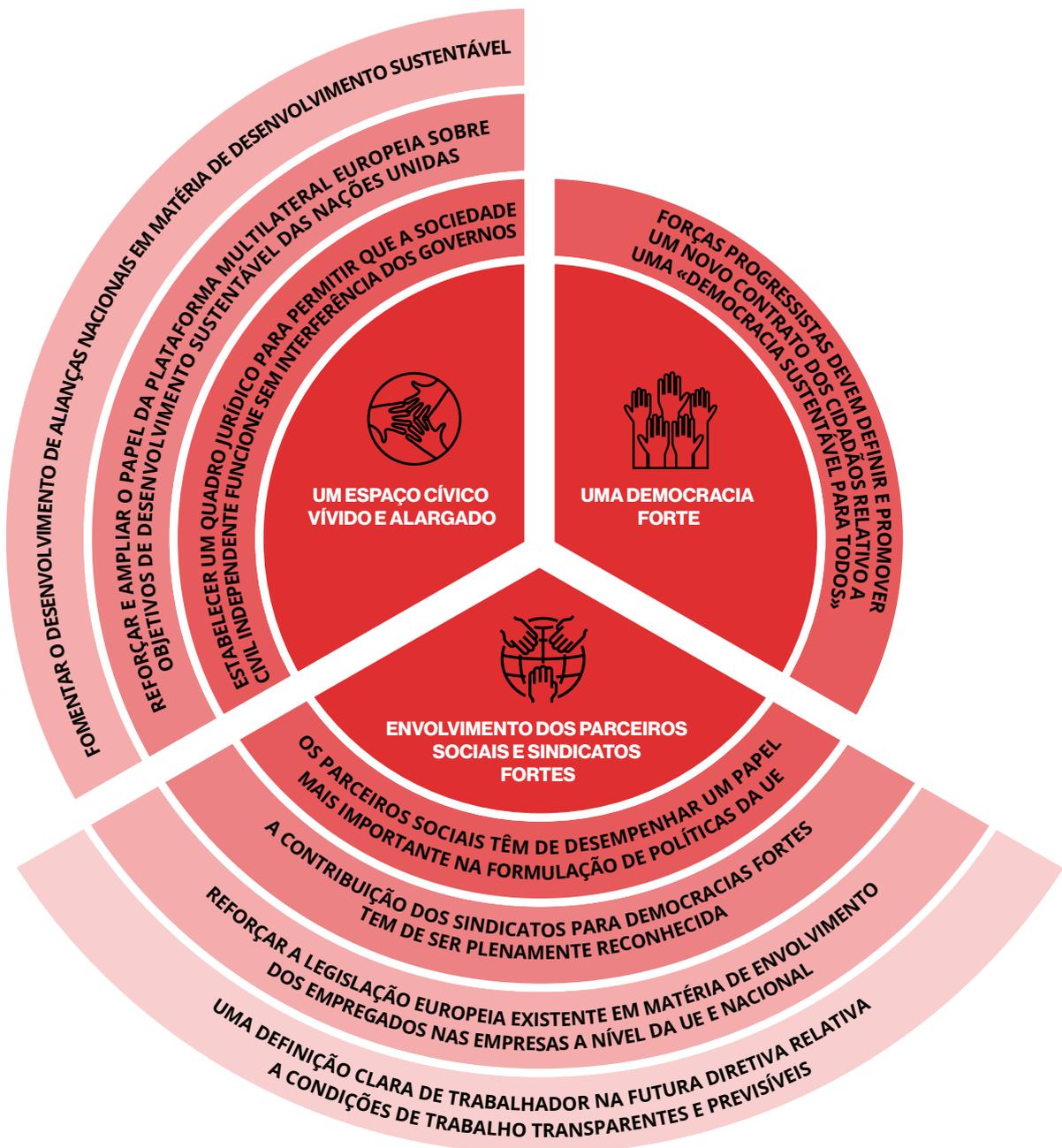


**Uma sociedade verdadeiramente dinâmica e justa tem de ser inclusiva em termos de poder, representação e participação; uma sociedade ecologicamente sustentável tem de ser uma sociedade de paz social.**

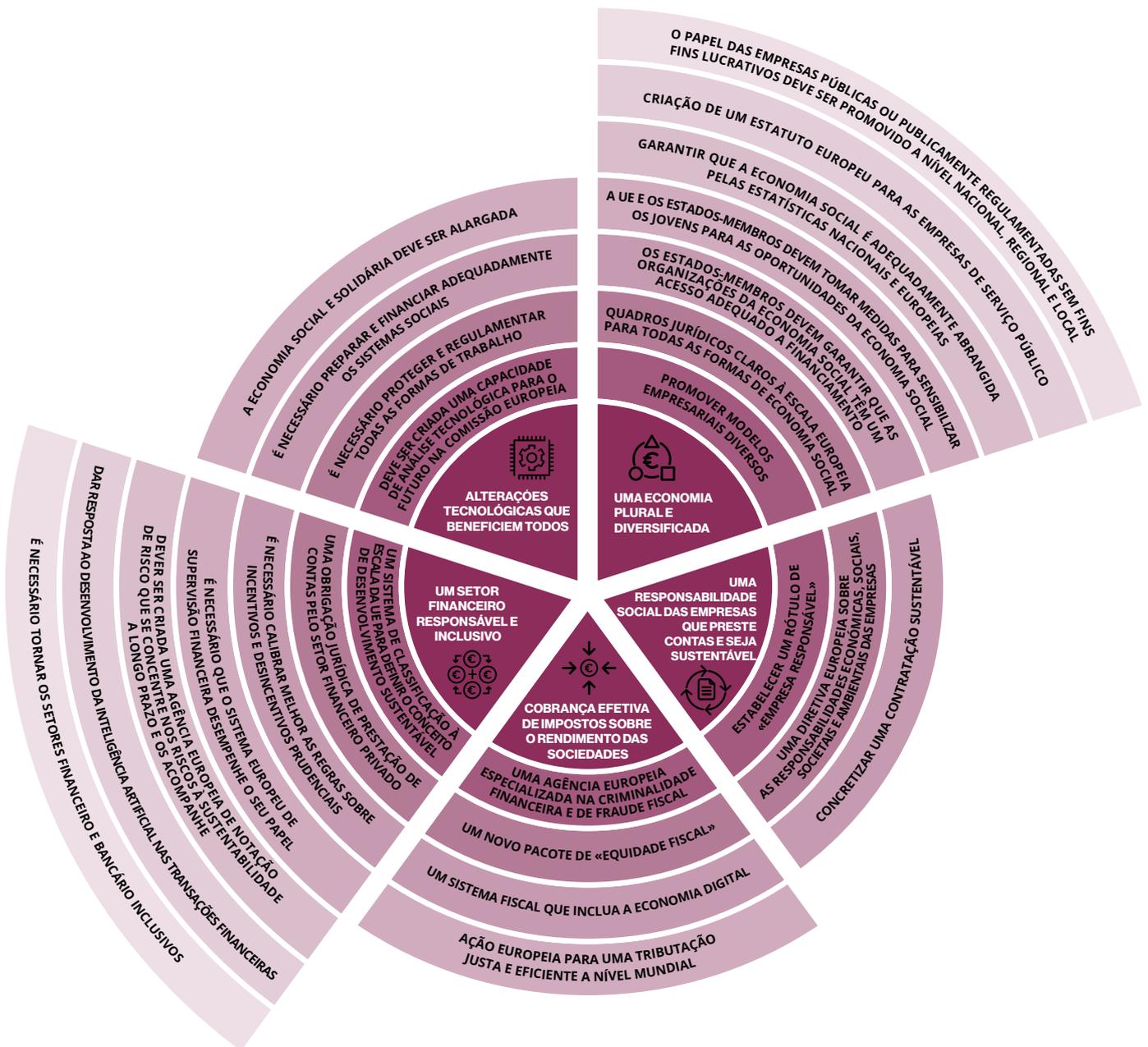




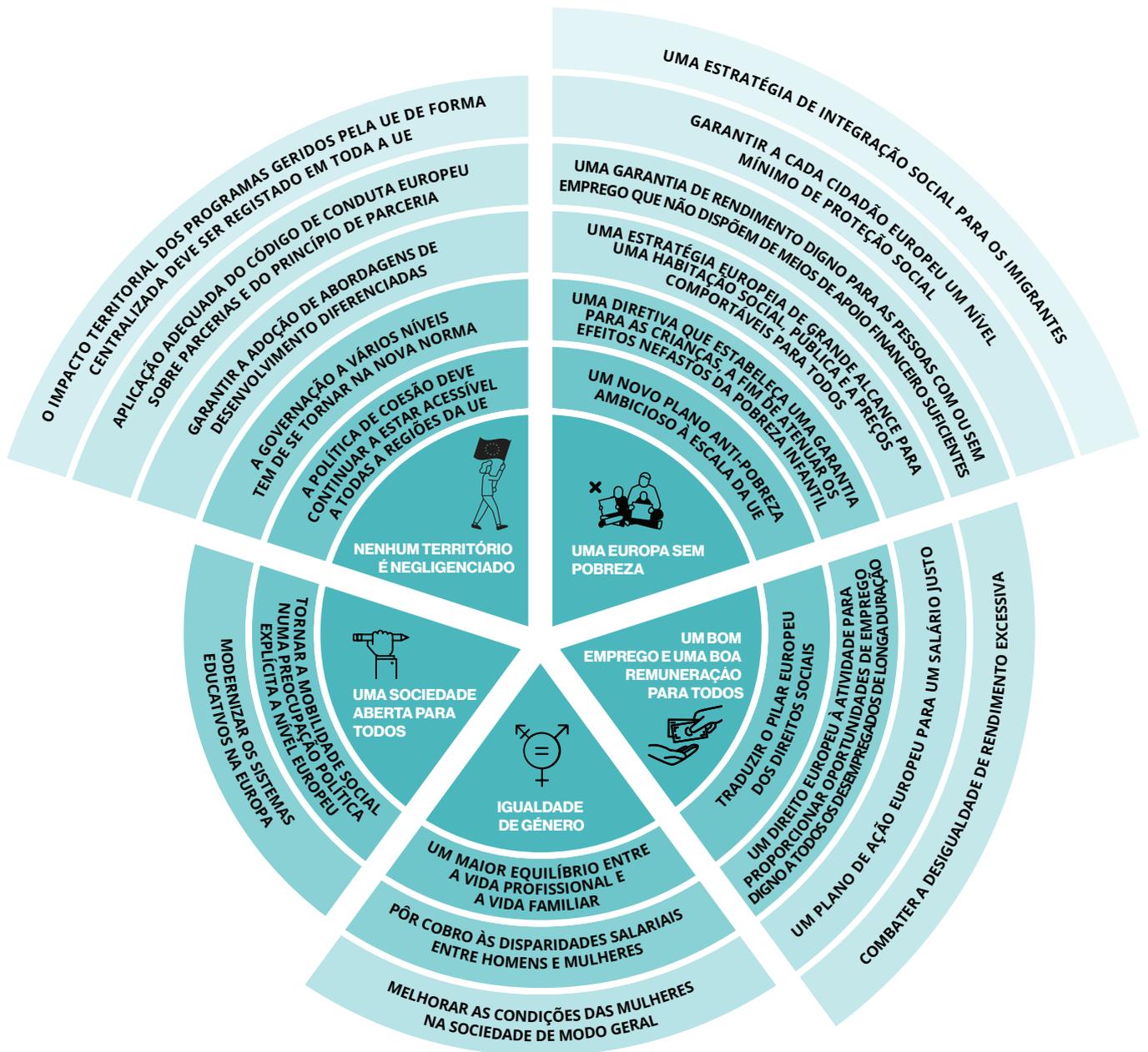
# DEVOLVER PODER ÀS PESSOAS



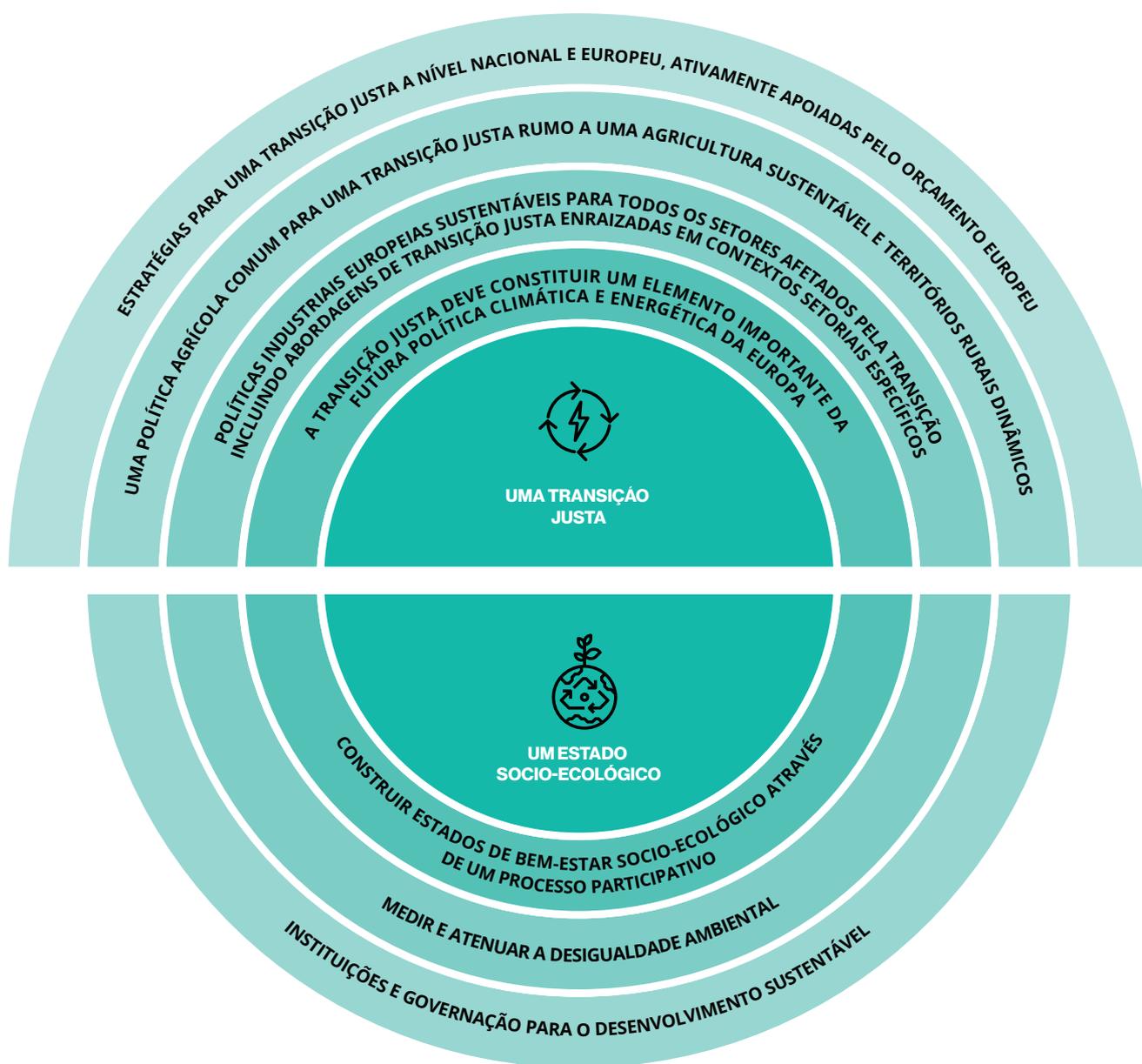
# REFORMULAR O CAPITALISMO



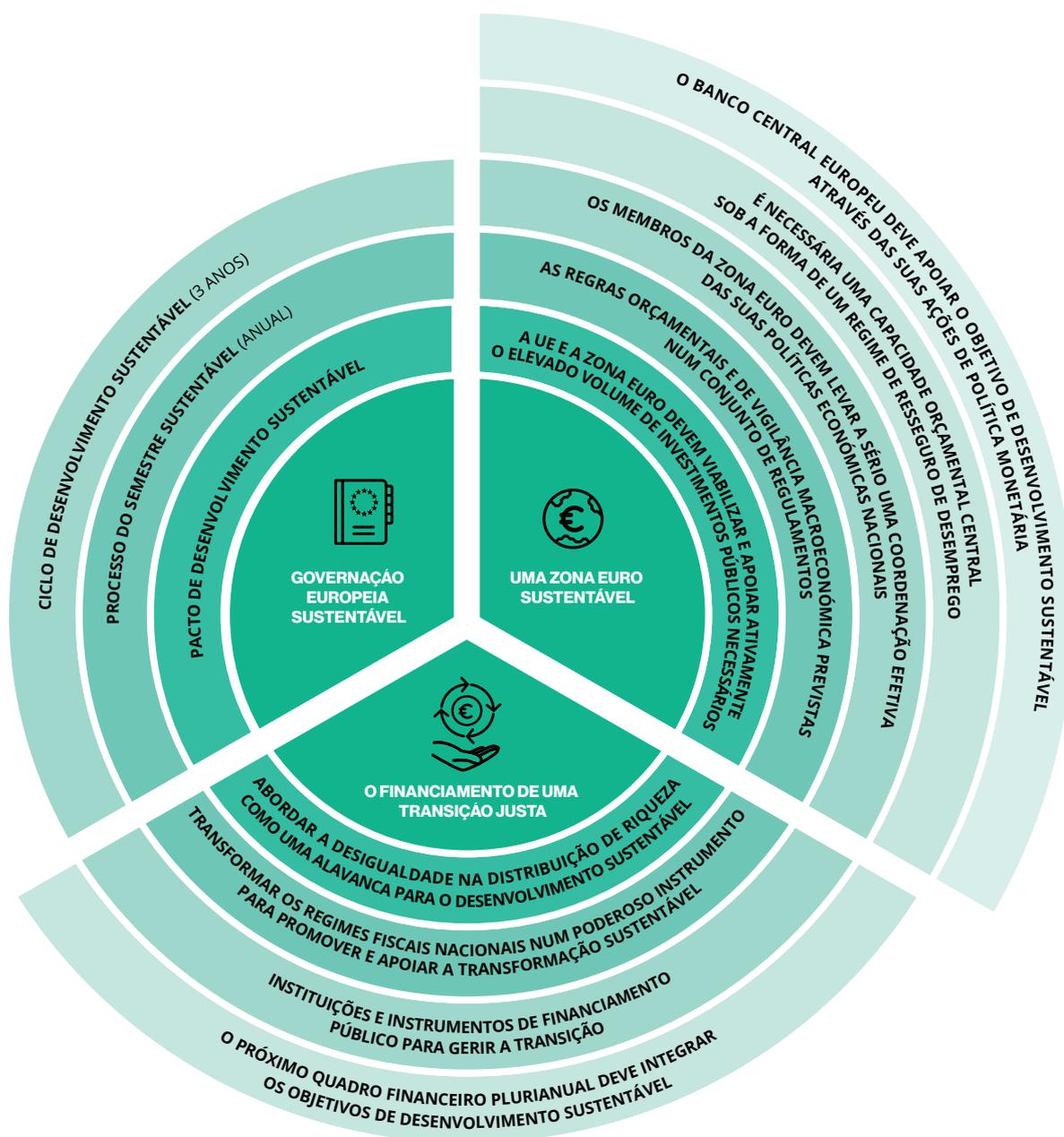
# JUSTIÇA SOCIAL



# PROGRESSO SOCIO-ECOLÓGICO



# PROMOÇÃO DA MUDANÇA





**“Não se deve perder a esperança de que problemas criados pelos seres humanos também podem ser resolvidos pelos seres humanos.”,**

**WILLY BRANDT**

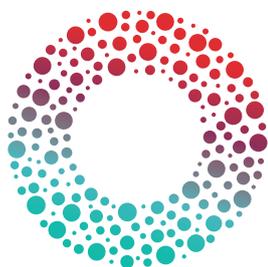


**‘A Comissão Independente para uma Igualdade Sustentável além de apresentar soluções políticas extremamente pertinentes e urgentemente necessárias para a próxima legislatura europeia, também elabora uma nova visão a longo prazo para uma sociedade verdadeiramente justa e responsável para o século XXI, na qual todos tenham um futuro digno - uma sociedade assente no profundo respeito por todas as pessoas e pelo planeta que tão urgentemente temos de proteger.’**

**UDO BULLMANN,**  
Presidente do Grupo da Aliança Progressista  
dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu

**‘As recomendações políticas que a Comissão Independente faz no presente relatório visam uma transformação radical das nossas sociedades. Uma transformação que questione verdadeiramente décadas de dependência do crescimento económico como um fim em si mesmo, que dissocie a riqueza do bem-estar, que desafie de forma determinada a distribuição predominante de rendimentos, de riqueza e de poder económico, bem como que apele a uma transformação sustentável enquanto motor poderoso e inovador do progresso social.’**

**LOUKA T. KATSELI & POUL NYRUP RASMUSSEN,**  
Copresidentes da Comissão Independente para uma Igualdade Sustentável



**progressive  
society**

**[www.progressivesociety.eu](http://www.progressivesociety.eu)**



**@ProgressSoc**



**@eupgressivesociety**